

Balço da situação dos Direitos Humanos em 2011

A seguir apresentamos um resumo da análise da situação dos direitos humanos na Venezuela entre outubro de 2010 e setembro de 2011.

Como acontece desde há 23 anos, o relatório inclui avanços, estancamentos e retrocessos que aconteceram no país no tocante à garantia e proteção estatal dos direitos humanos. Esta é uma pesquisa que faz a análise de nove direitos econômicos e sociais e de dez direitos civis e políticos garantidos na Constituição da República Bolivariana da Venezuela.

O relatório foi preparado com base em um seguimento minucioso a 60 meios de comunicação escritas nacionais e regionais, jornais especializados e informações fornecidas por organizações de direitos humanos e sociais, bem como entrevistas face a face feitas a funcionários e atores não estatais. Os dados também vêm de fontes oficiais como relatório e contas, documentos e notas de imprensa de organismos do Estado. Também foram levadas em conta fontes privadas da academia e instituições que desenvolvem pesquisas e análises.

Para Provea é importante que o diagnóstico estimule a reflexão e uma maneira diferente de agir dos funcionários em todos os níveis do Estado, bem como maior consciência da sociedade sobre nosso status no tocante aos direitos humanos e como podemos melhorar.

Este Relatório Anual é um instrumento para o debate e o diálogo, e esperamos que sirva na procura de acordos básicos sobre as políticas públicas que devem ser definidas e executadas no curto, médio e longo prazo.

Os direitos humanos vão para além da norma jurídica e devem se tornar realidade no cotidiano; portanto é importante a apropriação e controladoria por parte de todos os Venezuelanos. Nossa intenção é que este relatório seja útil nesse sentido.

Este esforço de pesquisa não é uma verdade absoluta e estamos com vontade de receber qualquer revisão do nosso trabalho. No entanto, a nossa pesquisa tenta contribuir com a construção de conhecimento, apesar das limitações e subregistros na colheita das informações que faceamos durante o processo. Uma das limitações é a dificuldade de acesso à informação pública nos capítulos onde estão indicados. Nos últimos anos, Provea tentou compartilhar sua metodologia com diversas organizações sociais e comunitárias do país, com o entendimento de que uma maior e melhor colheita de informações sobre a situação dos direitos humanos no país vai garantir o desfrute desses direitos.

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

No âmbito do **direito à alimentação**, o Estado venezuelano definiu uma política baseada em aspectos como a distribuição e comercialização de alimentos a preços subsidiados a que são de alcance massivo; adoção de medidas visando proteger o preço dos alimentos e garantir a acessibilidade, e a execução de um plano de produção agrícola que tenta aumentar a produção nacional de alimentos no médio prazo.

O setor privado da economia tem rejeitado algumas dessas diretrizes, o que reflete a necessidade de acrescentar acordos entre ambos os setores, apesar dos diferentes pontos de vista. Por um lado, as medidas do governo visam uma mudança no modelo para socializar a produção, distribuição e comercialização dos alimentos; o setor privado considera que é uma redução de suas margens de lucro, o que representa uma ameaça para seus interesses.

Relatórios como o da Comissão Econômica para América Latina (Cepal) revelam

que a Venezuela pode estar no grupo de países que não vão atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio a respeito da redução da fome, o que representa uma disparidade em relação com as declarações oficiais e outras agências das Nações Unidas que asseguram que esse objetivo já foi atingido desde 2009.

No tocante ao comportamento do consumo de alimentos, houve um aumento contínuo do consumo per capita na população venezuelana, atingindo 507,90 kg/pessoa por ano em 2010. Observa-se maior incidência de consumo em alguns produtos como carne de aves (98%), charcutaria (98%), carne de boi (94%), leite (92%), café (81%) e peixe (75%). O consumo de carne de ave (98%) e de boi (97,3%) é uniforme em todos os estratos sócio-econômicos e nas regiões do país. Por outro lado, 83,5% da população consomem leite em pó, enquanto que 36,2% consomem leite líquido.

A produção de alimentos apresentou um aumento no que se refere à superfície colhida no nível nacional de 2.408.822 hectares, o que representa um aumento de 4%. Outros itens apresentaram uma queda na superfície colhida, como o arroz (-7,%), feijão preto (-31,%), banana (-19,%) e cebola (13,%).

Um elemento que tem afetado os níveis de consumo da população é a escassez de alimentos, fato que o governo nacional rejeitou e assegurou que o país tem a capacidade de estocagem e a matéria prima para elaboração dos alimentos.

Entre as políticas públicas desenvolvidas pelo governo em matéria alimentar temos a expropriação forçada, intervenção e compra direta de empresas agro-produtivas, a Missão Alimentação e a Lei de Custos e Preços Justos.

No caso de alimentos estragados, os procedimentos legais contra os funcionários envolvidos no caso estão interrompidos por causa da juíza ser rejeitada, portanto ela decidiu remitir.

No período de pesquisa do **direito para o ambiente saudável**, constatou-se o avanço de políticas públicas para facear a situação ambiental do país. Foi sancionada a Lei de Gestão Integral do Lixo, que estabelece no artigo 2 os princípios da gestão de lixo, a seguir: prevenção, integridade, prevenção, participação cidadã, co-responsabilidade, responsabilidade civil, tutela efetiva, prevalência do interesse coletivo, e informação e educação para uma cultura ecológica, de equidade e não discriminação, cabendo-lhe ser eficiente e sustentável, com o intuito de garantir uma gestão adequada.

Um aspecto positivo é a finalização de usinas de purificação de água nos estados Cojedes, Guárico e Sucre, beneficiando 40 mil habitantes e gerando 160 empregos diretos e 480 indiretos; também continuar o projeto Aqueduto Bolivariano para prover à península de Paraguaná, beneficiando 600 mil habitantes e gerando 125 empregos diretos e 375 indiretos.

Também foram ministrados 1.500 workshops de indução e treinamento técnico-produtivo em matéria ambiental aos Comitês Conservacionistas e coletivos em geral; e foram incorporadas 12.890 crianças e 2.450 professores no Programa Nacional Crianças por um Ambiente Saudável, para eles contribuírem com a solução de problemas sócio-ambientais em função da conservação.

A respeito da proteção da terra, segundo o Ministério do Ambiente, a média de desflorestamento anual de 2005-2010 diminuiu para 0,23%, em comparação com o período 2000-2004, quando foi registrada uma taxa de desflorestamento de 0,30%; a respeito da proteção do ar, as cidades de Caracas, San Cristóbal, Maracay e Valencia apresentaram boa qualidade do ar.

No tocante à proteção da fauna, de acordo com a Rede de Organizações Ambientalistas da Venezuela, foram identificadas 748 espécies ameaçadas de fauna e 341 espécies de plantas. Das 312 espécies de anfíbios descritas para o país, 160 estão

em alguma das categorias de ameaça.

A respeito da gestão de resíduos sólidos, foi realizado saneamento do aterro sanitário Las Clavellinas, município Plaza do estado Miranda beneficiando 200 mil moradores. Um aspecto negativo que é importante mencionar é que na região de Guayana a extração de mineração legal e ilegal impactou no ambiente, e os planos anunciados pelo governo para evitar esse impacto não deram os resultados esperados.

A respeito do **direito à educação**, a maioria dos indicadores de investimento para educação diminuiu: o investimento em educação como porcentagem do PIB; o investimento em educação como porcentagem da despesa social; o investimento público real por cidadão; o investimento público real, e o investimento público real por aluno. O indicador de investimento público em educação foi o único que aumentou. Isto são cifras do Sistema de Indicadores Sociais da Venezuela do Ministério de Planejamento.

Faltariam por incluir 1.570.622 pessoas entre 3 e 17 anos. Os maiores déficits estão entre as idades de 3 a 5 anos (29,2%) e nas idades de 15 a 17 anos (43%). A média de escolaridade das pessoas maiores de 15 anos é de 8,85% no caso dos homens e 9,95% nas mulheres. Isto representa um aumento de 1,5 anos na média de escolaridade durante a década.

Apenas 1% das instituições oficiais oferece a possibilidade de continuar estudos de ensino primário e médio completo sem mudar de instituição. A cifra é de 10,6% em instituições de ensino privadas. Se o ensino inicial, primário e médio completo é incluído, as cifras são 3,2% dos privados, e 25,7% das instituições públicas. O setor público supera ao setor privado apenas na combinação de ensino inicial e primário com 39% das instituições que permitem continuar de um nível para u outro na mesma instituição, em quanto que as instituições privadas são apenas 3,2%.

A taxa de crescimento anual em ensino primário diminui por terceira vez consecutiva. Isto significa que há menos alunos. A queda nas instituições oficiais foi de 0,6%, enquanto que nas instituições privadas houve um aumento de 2,3%. No total, a queda foi de 0,1, mas é preocupante porque historicamente as melhores taxas de incorporação no ensino estão no ensino primário. A matrícula atual está 10,8% por baixo desde há 10 anos.

Situação similar é evidente no ensino secundário oficial (de 1º a 3er ano), onde a matrícula diminuiu 5,7% (hoje há 2.828.681 cadastrados) em comparação com o período 2001-2002. A matrícula privada nesse período aumentou 12,2%. No ensino secundário (de 4º a 6º ano) também houve uma taxa de diminuição nas instituições públicas de 0,4%, enquanto no sector privado o aumento foi de 2,6%.

Em relação à qualidade do ensino preocupa que apenas 55,2% dos professores estão formados, 34,4% são interinos e 10,4 são classificados como “*outros*”, sem explicar a categoria. Há uma falta de professores nas áreas de disciplinas científicas, tais como Matemática, Física, Química e Biologia. Também preocupa a falta de concursos para cargos de gerência e de professores, bem como a ausência de provas de avaliação de aprendizado ou conhecimento dos resultados das probas realizadas em 2003.

Um aspecto positivo em destaque é o aumento da matrícula no ensino inicial e no ensino especial, que durante esta década aumentou 140,7%. O Ensino inicial manteve um crescimento de 1,8%.

A pesquisa em **direitos trabalhistas** reflete que a População Economicamente Ativa (PEA) em agosto de 2011 eram 13.133.249 pessoas, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE). A cifra amostra uma queda com respeito ao cadastro de

2010 e representa 45% da população total do país. Em agosto de 2011 o desemprego estava em 8,3%, o que representa uma queda da taxa considerando que nesse mesmo mês em 2010 estava em 9,6%.

Em agosto de 2011, de cada 12 pessoas empregadas 7 eram homens e 4 mulheres, essa relação é similar àquela do ano anterior. No entanto, apesar de o desemprego ser generalizado por gênero, a população entre 15 e 24 anos de idade foi o grupo etário mais afetado, igual que nos anos anteriores.

De acordo com o INE, a população ocupada no setor formal em agosto de 2011 foi de 6.764.515 pessoas (56,2%), enquanto que nesse mesmo mês de 2010 eram 6.762.769 pessoas (56,6%), portanto houve maior inserção no setor formal da economia. No entanto, a população ocupada no setor informal aumentou. Em agosto de 2011 eram 5.275.848 pessoas (43,8%) neste item; e nesse mesmo mês de 2010 eram 5.181.553 pessoas (43,4%), houve um aumento de 94.295 venezuelanos na informalidade.

Entre agosto de 2000 e o mesmo mês de 2010 a folha de pagamento do sector público aumentou 79,2%, pelo que 1.024.595 trabalhadores ingressaram no sistema estatal. Por seu lado, a folha de pagamento do setor privado cresceu 27,5%.

Durante 2010, o ministério do Poder Popular para o Trabalho recebeu, segundo o Relatório e Contas, 40.298 denúncias por demissões feitas sem respeitar os padrões legais para demissões justificadas. As denúncias diminuíram em comparação com 2009, nesse ano foram apresentadas 78.594 denúncias.

No fechamento do primeiro semestre de 2011, o Banco Central da Venezuela destacou que o Índice de Remuneração dos Assalariados em relação com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor apresentou uma recuperação significativa que resultou em *“um aumento de 8,2 pontos porcentuais na capacidade de compra das remunerações dos trabalhadores”*. Em comparação, a inflação aumentou 13%. O Governo anunciou em 2011 o aumento do salário mínimo (SM) em 25%, em duas partes. A primeira de 15% desde maio e a segunda de 10% desde setembro.

Nos relatórios anteriores, Provea destaca a tendência do Governo nacional de definir as políticas trabalhistas de forma unilateral, incluindo a política salarial.

Continuou a tendência de violações à liberdade sindical: desqualificação pública por parte de funcionários, ameaças públicas ou privadas, abertura de processos criminais, medidas provisórias ordenadas por juízes que proíbem os sindicalistas se apertar dos centros de trabalho, ameaças de demissão a trabalhadores se participam em assembléias, proibição de realizar assembléias durante a jornada de trabalho, demissões injustificadas e assassinato de sindicalistas. Durante o período em análise 36 trabalhadores foram assassinados em conflitos relacionados com a obtenção de empregos.

A delimitação dos territórios indígenas foi um dos assuntos mais destacados no tocante aos **direitos dos povos indígenas**; essa medida está paralisada desde 12.10.09, quando o Governo Nacional entregou quatro títulos de propriedade coletiva de terras aos sectores Aroy, Shirapta e Tinacoa do povo Yukpa (Serra de Perijá, estado Zulia), de 41.630 hectares. Ainda existe a dívida com mais de 40 povos que não tem recebido garantia do direito a propriedade coletiva de suas terras, apenas se entregaram 40 títulos que beneficiam 73 comunidades localizadas em Anzoátegui, Apure, Delta Amacuro, Monagas, Sucre e Zulia. Nenhuma dessas delimitações tem beneficiado ainda povos de Amazonas e Bolívar.

A ineficiência do Estado na delimitação de hábitat e terras fez com que continuassem os conflitos vinculados com a propriedade da terra, e causou a morte de vários indígenas e a detenção dos chefes indígenas yukpa Sabino Romero e Olegario Romero e o indígena wayuú Alexander Fernández. O Governo Nacional outorgou os

títulos de delimitação de terras fracionadas em três áreas (Aroy, Shirapta e Tinacoa), alterando a proposta original de delimitação de hábitat e terras.

O deslocamento de indígenas na busca de melhores condições de vida foi evidente neste período; muitos deles estão em situação vulnerável em algumas ruas de Caracas, Los Teques, Maturín e o estado Bolívar. É preciso estabelecer programas que melhorem a vida dos povos e comunidades indígenas.

Desde o aspecto normativo, o Projeto de Lei de Coordenação da Jurisdição Especial Indígena com o Sistema de Justiça ainda não foi aprovado. Dito projeto não devia, como de fato acontece, limitar a aplicação de um direito consuetudinário como a jurisdição indígena.

A construção de infraestrutura de mineração é mais outro aspecto relevante que o Governo Nacional deve atender, realizando um estudo de impacto ambiental para medir a profundidade e extensão da poluição de gás nesses territórios.

Existem fatores que limitam o acesso dos povos indígenas para o sistema de saúde pública, como as dificuldades de transporte e a carência de meios de comunicação entre os agentes envolvidos no planejamento. As taxas de mortalidade infantil nessas populações são 20 vezes maiores do que as da média nacional. As principais causas de mortalidade nesses territórios são a desnutrição, complicações de parto e infecções respiratórias.

No âmbito educativo, ainda não foi criado o Instituto Nacional de Línguas Indígenas nem o Conselho de Línguas Indígenas. Nesse sentido, há línguas que estão em situação grave pela carência de políticas públicas voltadas para conservá-las. Devem ser criadas e executadas medidas para um sistema de ensino intercultural bilíngüe.

No período do estudo deste relatório, as políticas públicas no **direito à saúde** ainda não foram respondidas de acordo com o estabelecido na Constituição Nacional. Continua a não promulgação de uma Lei Orgânica de Saúde para lutar contra a ineficiência e desigualdade do sistema público de saúde. Também não se cumpre com o objetivo estabelecido para 2011 de fazer com que a despesa pública em saúde seja igual a 10% do PIB.

O governo focalizou seus esforços na promulgação da Lei da Atividade Seguradora, que ressalta a ampliação de coberturas e a suspensão do requerimento de “chave de acesso” aos centros hospitalares privados nos casos de emergência, e o anteprojeto de Lei de Regulamentação das Instituições Públicas e Privadas de Saúde, que considera padronizar os honorários e preços dos médicos, possível punição em caso de má praxe e a regulamentação das instituições privadas de saúde.

Um fato importante em destaque é a reforma da Lei de Transplante de Órgãos e Material Anatômico em Seres Humanos, visando permitir a doação de órgãos sem previa manifestação do desejo do doador o consentimento da família. A reforma pressupõe que qualquer pessoa é um “suposto doador”, a não ser que tenha dito o contrário antes de morrer.

Continua o grave problema da situação dos hospitais públicos. O estado reconheceu o problema e começou a atender alguns problemas como os recursos financeiros para obras de infraestrutura pública paralisadas, funcionamento e sistemas de controle e mesas de diálogo com a base médica.

Em março deste ano o Ministério do Poder Popular para a Saúde ditou uma decisão proibindo o consumo de tabaco nos espaços fechados e nos transportes públicos, que inclui punição de 12 a 2.500 unidades tributárias ou fechamento provisório dos estabelecimentos que não adotem a norma.

O financiamento do setor médico privado teve um crescimento considerável na demanda de serviços, indo de 6% de usuários para 40%, enquanto o financiamento

dos hospitais e ambulatorios públicos foi de 15.459,1 bilhões de bolívares, o que representa um aumento considerável de 65% a respeito de 2010, quando foi de 9,3 bilhões.

O déficit de pessoal médico é uma preocupação neste período; a quantidade de alunos de pós-graduação de Medicina diminuiu 65%. Por outro lado, 5.200 médicos venezuelanos emigraram do país nos últimos anos, de acordo com a Federação Médica Venezuelana (FVM), por causa dos salários baixos.

Um avanço importante é a divulgação pública dos Boletins Epidemiológicos do MPPS. No entanto, as cifras desses boletins não revelam dados alentadores. As mortes maternas diminuíram levemente 9% e a mortalidade infantil teve um aumento de 14,9% em 2010.

Durante o período analisado, sobre o **direito à previdência social** é importante destacar que a AN (Assembléia Nacional) ainda não discutiu nem aprovou os Sistemas de Prestações Sociais de Saúde e Aposentadoria a Alocação Econômica. Também não foram estabelecidas a Superintendência nem a Tesouraria da Previdência Social, o que demonstra que o Poder Legislativo e o Poder Executivo não estão executando o estabelecido na Lei Orgânica do Sistema de Previdência Social.

Ainda estão fora do sistema mais de 50% das pessoas maiores de 60 anos de idade. São pessoas que não podem fazer a contribuição estabelecida na lei por causa de serem trabalhadores independentes, pessoas com empregos precários, temporários ou de médio tempo, são pessoas beneficiadas pelos programas assistenciais do Estado.

Nesse período, o desempenho do Poder Judicial foi lento e pouco progressivo, já que a tendência foi proteger o patrão perante o trabalhador no tocante a instituições ou órgãos do Estado. A Defensoria do Povo não fez mudanças estruturais para melhorar o sistema da previdência social venezuelano. A Procuradoria Geral da República não prestou resultados sobre as irregularidades da cobrança ilegal no trâmite de inclusão no benefício de aposentadoria.

Em comparação com o período anterior, Provea registrou mais reclamações na exigência do direito à previdência social. Por outro lado, o Estado venezuelano discrimina os casais de homossexuais, não permitindo inclusão nem lhes reconhece o benefício da pensão de sobrevivência bem como outros benefícios sociais.

Segundo cifras do Ministério de Relações Exteriores, em 1998 as pessoas aposentadas atingiam 387.000, enquanto que em 2011 esse número aumentou para 1.856.552, representando um aumento de 372%.

Após uma campanha de sensibilização através das redes sociais, desenvolvida por Provea, para que o Ministério de Agricultura e Terras pagasse ao Francisco Gulino, de 91 anos de idade, o pagamento de sua aposentadoria, o ministro Juan Carlos Loyo comprometeu-se através desse mesmo médio a pagar a dívida não apenas ao Gulino, mas também a mais 300 aposentados.

Outro caso que Provea monitora é o caso dos aposentados de Cantv, que foi apresentado perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. 1.318 peticionários ainda estão esperando porque as comunicações que Provea enviou à CIDH solicitando tramitação não foram respondidas.

Nesse período analisado houve dificuldades para obter as cifras oficiais do Instituto Venezuelano da Previdência Social (IVSS), já que foram eliminadas do portal da Internet a informação sobre a quantidade de aposentados e segurados cadastrados nessa instituição.

No que se refere ao **direito à terra**, no período analisado, o Instituto Nacional de

Terras (Inti) continuou no resgate e regulamentação de terras, recuperando 381 terrenos com uma superfície de 702.942 hectares. Também, entregaram-se 16.646 instrumentos agrários para uma superfície de 35.637 ha, 8.487 declaratórias de permanência para 227.303 ha e 7.859 títulos de adjudicação para 265.252 ha.

O Sétimo Censo Agrícola Nacional comprovou que no campo venezuelano, 1.091.047 pessoas fazem parte dos lares no médio rural produtivo, sendo 410.705 produtores agrícolas, 80% homens e 20% mulheres.

O Censo também estabeleceu que 27,07 milhões de hectares são adequados para cultura. Desses hectares, 51% estão semeados de pastos, 28% de mata natural, 6% estão cultivadas com itens de ciclo curto e 4% com cultura de ciclo permanente. A superfície ocupada pela produção vegetal representa mais de 2,96 milhões de hectares.

Provea teve conhecimento de denúncias sobre ações de resgate de terras feitas pelo INTI na beira da legalidade. Para Provea é uma preocupação que esse tipo de ações irregulares do Instituto ponha em dúvida a justiça das diretivas constitucionais e das políticas voltadas a acabar com o latifúndio no país.

A totalidade dos recursos para o orçamento do Ministério de Agricultura e Terras em 2010 foi de Bs. 3.673.373.786, mais do que em 2009, que foi de Bs. 2.731.672.969,8, representando um aumento nominalmente na ordem de 34,47%.

Em 2010, o INE alocou o valor das importações agrícolas em 1.801 milhões de dólares, assim diminuindo 57,23% com respeito de 2009, quando o valor das importações desse setor eram 4.211 milhões de dólares.

A AN aprovou a Lei para Criar a Academia de Ciências Agrícolas da Venezuela, que vai ter caráter de instituto público, com personalidade jurídica e patrimônio próprio.

Neste período, foram registrados 7 casos de violações dos direitos humanos de 15 camponeses. 5 camponeses foram mortos supostamente por sicários. Por outro lado, 5 camponeses foram detidos arbitrariamente por policiais do estado Zulia durante um protesto por o resgate de terras não produtivas, o que faz parte dos processos de criminalização da exigência de direitos no campo venezuelano.

Provea declara que o Ministério Público deve acelerar as pesquisas e avançar na definição de responsabilidades sobre os autores intelectuais e contratantes das pessoas que agindo como sicários assassinaram lideranças e camponeses no país.

A avaliação do **direito à moradia** destaca que entre setembro de 2009 e outubro de 2010 continuam as tendências que caracterizam a gestão inconstante do Estado nessa matéria. Em destaque temos a alteração constante das políticas públicas visando resolver o déficit habitacional, já que durante o período observa-se o anuncio e execução da Gran Misión Vivienda Venezuela (GMVV, Grande Missão Moradia Venezuela) como nova iniciativa para responder à demanda nesse setor no país. Outra característica é a mudança constante nos mecanismos para executar os planos e atingir os objetivos das políticas públicas desenhadas para esse setor. Por um lado, pouco tempo depois da criação do Ministério do Poder Popular para Moradia e Hábitat (MPPVH), e Governo Nacional modificou as leis que regulamentam a propriedade e a posse das moradias fornecidas pelo Estado.

Por outro lado, reformou os mecanismos para facear a emergência em matéria de moradia quando acontecem catástrofes naturais e também estabeleceu novas normas legais para facear a desocupação e regulamentar as ocupações. Mesmo que algumas das normas criadas respondem a uma perspectiva favorável à proteção do direito à moradia, é difícil seu funcionamento por uma instituição nova como o MPPVH e complexa sua execução no caso de municípios, governos, tribunais, outros ministérios e outras instituições do Estado. Esse arcabouço legal inclui a Lei do

Regime de Propriedade das Moradias da Grande Missão Moradia Venezuela, a Lei de Refúgios Dignos, a Lei de Emergência para Terrenos Urbanos e Moradia; a Lei de Regulamentação Integral da Posse da Terra dos Assentamentos Urbanos e Peri-urbanos, e a Lei Contra a Desocupação e a Desocupação Arbitrária de Moradias.

Durante 2010 o Estado construiu 15.516 casas, a terceira cifra menor dos 12 anos do governo de presidente Chávez. O descumprimento de objetivos foi afetado pelas chuvas durante o período, por causa de que 113.500 pessoas danificadas, colocadas temporariamente em 763 refúgios, geraram ações e tarefas diversas para as instituições e funcionários públicos nos diferentes níveis do Estado, bem como o investimento de recursos econômicos extraordinários para atender essa situação. Contudo, comprovou-se que ainda continuam os problemas de acesso à informação para balançar os resultados dessas situações perante emergências causadas pela mudança climática, e em geral para realizar o monitoramento sistemático das políticas de moradia do Estado e a administração do orçamento para esse objetivo. Mas não foi difícil apenas consultar o Relatório e Conta do MPPVH e as incongruências dos dados que esse relatório tem, mas também a atitude negativa das instituições do Estado, particularmente os encarregados de executar políticas definidas para o setor de moradia, porque não aceitam e processam eficientemente as solicitações de informações. Assim é o caso da sentença do TSJ em 02.08.11, baseada no direito de solicitação exercido pela Provea em relação com o VPC como componente na construção das “petrocasas”, pois ainda que fosse contestada a negativa do Estado de não informar oportunamente, dois anos depois da solicitação inicial, o TSJ como a máxima autoridade judiciária do país acabou tolerando essa prática negativa dos órgãos públicos.

Direitos Civis e Políticos

Para analisar a situação do **direito ao asilo e refúgio** na Venezuela durante o período é necessário partir das relações binacionais estabelecidas com a Colômbia, já que existe um conflito armado de mais de cinco décadas e que virou a crise humanitária mais importante do continente americano. Estima-se que 98% das pessoas solicitantes de refúgio na Venezuela vêm da Colômbia.

Além disso, é importante destacar a presença de grupos paramilitares colombianos e grupos armados irregulares nos estados fronteiriços como Táchira e Apure, que exercem controle social sobre a população e entre suas práticas está a extorsão, entre outros. Mesmo assim, observaram-se fatos como o ataque a uma barraca do Dispositivo Bicentenário de Segurança (em espanhol Dibise) e brigas entre grupos armados, entre outros. Consequentemente ocorreram protestos dos povoados do Alto Apure venezuelano contra a presença de grupos guerrilheiros na zona.

Em resposta a situação, o Estado venezuelano ainda está em mora com as medidas para proteger as fronteiras, como a promulgação da Lei Orgânica de Fronteiras anunciada pelo presidente Chávez em 2009 e que desde essa altura não tem sido discutida nem aprovada. No entanto, em outros âmbitos, o Governo Nacional tem promovido outro tipo de políticas, como a proteção das fronteiras com lança morteiros russas, alegando que é com o objetivo de proteger a soberania nacional.

As relações entre a Colômbia e a Venezuela foram restabelecidas no nível diplomático e econômico, o que resulta na política de intercâmbio de pessoas solicitadas pelas autoridades de ambos os países, como Walid Makled e a extradição do suposto guerrilheiro das FARC, Joaquín Pérez Becerra.

Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

(Acnur), aproximadamente 200 mil pessoas com Necessidade de Proteção Internacional (PNPI) até junho de 2011, ao redor de 15.800 solicitaram ao Estado venezuelano a través da Comissão Nacional para os Refugiados (CNR) sua condição de refugiados e 1.547 a obtiveram. No entanto, o presidente da CNR, Yldefonso Finol, considera que a cifra poderia dobrar, já que *“a maioria dessas solicitações, 80% aproximadamente, são feitas por pessoas que não classificam para serem consideradas refugiadas”*; alega que *“são migrantes econômicos e por tanto não podem receber estatuto de refugiados...”*.

Por outra parte, o Acnur afirma que 6.701 venezuelanos solicitaram o asilo ou refúgio em outros países; também, o relatório desse organismo das Nações Unidas destaca que 607 pessoas estão na espera de resposta do país receptor. Afirma o Acnur que a Venezuela é o terceiro país que gerador de refugiados ou asilados na região, por cima de Cuba.

A respeito do **direito à integridade pessoal**, Provea registrou 116 denúncias no período do relatório, com 247 vítimas individualmente contadas. A cifra representa uma queda comparada com o relatório anterior, onde foram registradas 232 denúncias e 475 vítimas individuais. As cifras deste ano representam uma queda de 52% nas violações identificadas desse direito.

Essa queda no número de casos apresenta-se da seguinte maneira nos cinco padrões estudados: o padrão tortura diminuiu significativamente 44,45%, com 20 vítimas identificadas em 19 casos, 16 menos que na pesquisa anterior; o padrão de tratamentos ou penas cruéis, inumanos ou degradantes também diminuiu 78,57%, sendo identificadas 75 vítimas individuais, 275 menos que no período 2008-2009; feridos diminuiu 73,26%, com 27 casos em comparação com 101 do ano anterior; registros ilegais diminuiu 37,78%, 28 casos em comparação com 45 do período anterior; por último, ameaças ou fustigação diminuiu 31,03%, passando de 29 casos no período anterior para 20 casos neste período.

Das 171 vítimas identificadas individualmente, 65,49% (112) são de gênero masculino e 34,50% (59) de gênero feminino. A maioria das vítimas, como no período anterior, é masculina.

Determinou-se a idade de apenas 28,34% das vítimas: 21 eram menores de 18 anos (30%) Dessas, 2 eram menores de 12 anos. O que representa uma diminuição de 65,62% em comparação com o período anterior.

A lesão mais comum nos 47 casos onde se determinou lesão é pancada, registrada em 28 casos (59,57%); seguido de 9 casos com armas de fogo (19,14%), 3 feridos por perdigão (6,38%), 2 maus-tratos por uso de bombas lacrimogêneas e 1 ferida de arma. Oito organismos nacionais de segurança, 9 regionais e 19 municipais reportam denúncias por violações do direito à integridade pessoal. Em quatro casos, dois organismos ou mais agiram conjuntamente.

Em 63 casos dos reportados do total de 116, a responsabilidade na violação do direito é de organismos de segurança de âmbito nacional, destacando mais uma vez o Corpo de Investigações Científicas, Penais y Criminalísticas (CICPC) e a Guarda Nacional Bolivariana (GNB), com 35 e 10 casos respectivamente.

Um total de 19 casos com 20 vítimas de tortura foi registrado entre outubro de 2010 e setembro de 2011, o que mostra uma diminuição no número de vítimas com respeito ao período anterior.

Ressalta como positiva a subscrição por parte do Estado venezuelano, em julho de 2011, do Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou penas Cruéis, Inumanos o Degradantes, o que compromete ao Estado às obrigações

estabelecidas nesse instrumento.

No tocante ao **direito à justiça**, no período analisado foi evidente o constante descumprimento do princípio de separação de poderes. E é que nos casos nos que se interpuseram pretensões perante o Poder Judiciário contra as atuações do Presidente da República, Assembléia Nacional, Conselho Nacional Eleitoral, Procuradoria Geral da República e Controladoria Geral da República, foram declarados sem lugar 81,81%.

Em 2011 a alocação do orçamento aumentou com respeito a 2010, de Bs. 4.705.972,59 para Bs. 6.099.852,01, isto é 2,95% y 2,98% respectivamente, o que representa um aumento sobre a porcentagem do orçamento nacional. A cifra continua sendo maior do que o exigido por mandato constitucional.

A Lei do Tribunal Supremo de Justiça de 2010 flexibilizou os requerimentos para ser magistrado, o que permitiu que juízes, promotores sancionados e demitidos, postularam-se para cargos de magistradas do TSJ.

O atraso processual continua sendo um dos problemas mais sérios do Sistema de Administração de Justiça na Venezuela. No caso de El Amparo, o Estado descumpriu na entrega à Corte Interamericana de Direitos Humanos do cronograma detalhado sobre as gestões para pesquisar e sancionar os responsáveis. Até agora apenas cumpriram com o pagamento das indenizações e arranjos materiais às vítimas.

Em matéria penal, em 2010 a nível nacional ingressaram 343.389 causas e 364.223 foram decididas. Estas cifras amostram que tanto os tribunais quanto o TSJ acumulam casos de anos anteriores.

O total de denúncias recebidas sobre direitos humanos, particularmente os direitos civis, foi de 6.285, e 18,1% de essas denúncias (1.139) estão vinculadas com o devido processo, aumentando em 40,9% em comparação com 2009, quando o total de denúncias foi de 730, isto é 13,2%.

Os estados do país onde houve mais denúncias foram na Área Metropolitana com 1.253 (19,9%), Miranda com 712 (11,3%), Lara com 518 (8,2%), Zulia com 422 (6,7%) e Bolívar com 363 (5,8%).

Neste período, o secretário geral do Sindicato de Trabalhadores da *Ferrominera del Orinoco*, Rubén González, foi aprisionado sob liberdade condicional com medida de apresentação cada 15 dias e proibição de saída do país, pela Sala de Cassação Penal do TSJ. Previamente, o Tribunal Sexto de Juízo em função penal do estado Bolívar o tinha condenado a 7,5 anos de cadeia.

Continua Estado venezuelano ignorando as decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, alegando que as sentenças devem ser interpretadas de acordo com as regras dos países. Um exemplo disso são os casos de El Amparo, Caracazo, Catia, RCTV, Globovision, Reveron e a Juiz Reberon e Barreto Leiva, Primeiro Tribunal e Desaparecimentos Forçados em Vargas.

No que diz respeito à **liberdade de expressão e informação**, entre outubro de 2010 e setembro 2011 observa-se um aumento no poder do Estado para controlar o conteúdo da mídia privada. As alterações à Lei das Telecomunicações e a Lei Resorte permite que o Estado endureça as sanções penais e administrativas para os meios de comunicação críticos de sua administração. Com a reforma da Lei Resorte entrou em vigor a regulação da mídia eletrônica e as sanções à televisão por violação da lei. As mudanças na Lei das Telecomunicações declaram o setor como de interesse público, reduzem o período de habilitação de 25 a 15 anos e aumentam as penalidades para o descumprimento. Em dezembro de 2010 o Governo publicou as regras de

Classificação e Processamento de Informação na Administração Pública, pelo qual aumentam as barreiras para o acesso às informações do Estado.

No período em análise as ações que mais afetam a liberdade de expressão e informação eram ações física e verbal, com 24 casos (31,58%), seguidas pela intimidação, 13 casos (17,11%), e terceiro lugar os 9 casos de censura previa (11,84%). As restrições administrativas repetem em quarto lugar com 8 (10,53%) e segue a acusação judiciária com 6 (7,89%), ameaças com 4 (5,26%), as restrições legais 3 casos (3,95), ataque à mídia 3 casos (3,95%) e auto-censura documentada (2,63%), assédio verbal (2,63%) e negação ao direito de resposta (2,63%) com 2 casos cada um. Ocorreram 67 casos de violação do direito à liberdade de expressão e informação, para um total de 76 vítimas.

As principais vítimas dessas ações contra a liberdade de expressão e de informação foram os jornalistas (16 casos), fotógrafos (13) e cinegrafistas da mídia privada (6), constituindo 53,03% de todos os afetados.

O Executivo Nacional, através do Gabinete do Presidente, e Conatel, é o principal responsável por violações da obrigação de respeitar o direito à liberdade de expressão com 15 casos (26,79%). Seguido de 5 casos: GNB, responsável pela apreensão de material e impedir o acesso ao lugar onde a notícia acontece, o Poder Judiciário, a Assembléia Nacional, os funcionários administrativos do Poder Executivo e local, com 8,3% cada um.

O Ministério Público, com 4 casos (7,14%), continua a prática de iniciar investigações criminais por opiniões ou informações de jornais que em sua opinião constituem a comissão de crimes, ignorando assim a jurisprudência internacional.

Finalmente, várias forças policiais (Sebin, CICPC, a polícia regional e municipal) são responsáveis por maus-tratos a jornalistas na rua quando eles estão fazendo seu trabalho, com um caso cada uma (1,79%).

Todos esses fatos indicam a existência de crescentes restrições ao livre exercício do direito à liberdade de expressão e informação no país.

Durante este período, no **direito à liberdade pessoal** ocorreram 324 casos de violações a este direito, o que representa uma diminuição de 228% em relação ao período anterior, quando houve 739 denúncias. Em contraste com essa queda no registro de reclamações, o número de vítimas aumentou, já que durante este período, houve um total de 134,726 vítimas, em comparação ao ano anterior, quando houveram 13.764. Redução semelhante foi registrada por outros indicadores.

Em termos de detenções individuais, houve 38 vítimas, representando um decréscimo de 47,2% em relação ao período anterior, quando houve 72. No tocante a prisões coletivas, houve 117 vítimas, o que significa uma diminuição de 9,30%, já que no período anterior houve 129 vítimas.

Quanto às prisões em massa, a pesquisa revelou um total de 15 casos e 134,333 vítimas. Também se observou uma diminuição em relação ao período 2009-2010, quando houve 25 casos e 12,853 vítimas. Houveram 399 prisões feitas em manifestações, representando uma queda em relação ao período anterior, quando houve 575.

No que diz respeito a desaparecimentos forçados, o estudo registrou 10 desaparecimentos, sugerindo uma diminuição com relação ao estudo passado, quando se registrou um total de 39. E os casos de pessoas presas por motivos políticos representou para Provea um total de 3 pessoas, a mesma quantidade do período anterior.

Na análise dos casos de violações dos direitos humanos a respeito do status de cadeias e masmorras, mostraram-se 57 casos e 409 vítimas, enquanto no período anterior foram 59 casos e 2.309 vítimas. Outros destaques foram 2 casos de detenções por discriminação de gênero.

Durante o período também destacaram 2 casos de violações dos direitos humanos: os eventos na Divisão de Captura CICPC El Rosal, Caracas, onde morreram três detentos por alegada tortura infligida por agentes da força policial, e as agressões aos detidos na cadeia da Polícia de Chacao, um caso que foi mostrado em um vídeo apresentado pela deputada Cilia Flores na AN, que mostra como os policiais de Polichacao batiam nos detidos.

Também houve uma detenção em um processo eleitoral. Tal foi o caso do coordenador de finanças da sede da campanha do partido político Cuentas Claras, durante a eleição para prefeito no município de Miranda, estado de Carabobo, onde ele foi preso por supostamente ter cometido uma infração eleitoral.

Vale ressaltar que os pedidos de informação pública feitos às agências governamentais para a elaboração deste capítulo foram atendidos, exceto no caso do CICPC, que recusou fornecer estatísticas sobre os eventos na Divisão de capturas de El Rosal.

Tendências no **direito à manifestação pacífica** indicam que, no período coberto por este relatório, houve 4.543 manifestações, 4.472 de tipo pacíficas, 62 de tipo violentas e 9 casos em que o padrão não foi determinado. Isso representa um aumento de 37,04% em relação ao período anterior, quando foram registradas 3.351 manifestações. As concentrações foram o modo de protesto que a sociedade venezuelana mais utilizou para exigir os seus direitos, registrando 1.678 casos que equivalem a 37% do total. Do mesmo modo, continuou a radicalização da luta social com características pacíficas, como greves de fome, que tiveram um registro de 139.

No que se refere a manifestações pacíficas reprimidas, Provea inspecionou 4.472 manifestações. Destas 134 foram reprimidas, impedidas ou obstaculizadas pelas agências de segurança do Estado. Destacam aspectos positivos, como a redução percentual nas ações repressivas dos órgãos de segurança do Estado e a ausência de pessoas mortas pela ação das forças de segurança.

Os grupos sociais que foram reprimidos em seu direito de manifestação pacífica são vizinhos, com 53 ações reprimidas ou impedidas, os trabalhadores são o segundo grupo, com 38 registros, depois o setor estudantil, com 29 violações e, finalmente, os transportadores, com 12.

Mantém-se a prioridade das manifestações por demanda do cumprimento dos direitos econômicos, sociais e culturais, equivalentes a 61%, superando as exigências de direitos civis e políticos representados por 38,7%.

Entre os principais mecanismos de protesto estão as concentrações de rua com um recorde de 1.678, fechamento de ruas está em segundo lugar, com 1.548 eventos, as greves trabalhistas foram 323, seguido de marchas com 309 eventos, 139 greves de fome e 56 cadeias.

Há uma ligeira diminuição em manifestações violentas nesse período, com 62 registros, equivalente a 1,36% de todas as ações de rua. Durante este período, os alunos lideraram as ações violentas, sendo essas ações 19 (34,64%), vizinhos com 14 (22,58%), trabalhadores 14 (22,58%) e desempregados 9 (14,51%).

Destaca a presença de protestos coordenados entre vários setores, que uniram forças em conjunto, um fenômeno que tem sido observado progressivamente em todo o país e teve seu pico em 7 greves civis para exigir a garantia dos direitos humanos para segurança pública e melhorias nos serviços básicos. Houve um registro de 383

protestos conjuntas, equivalente a 8,43% do total.

Como nos anos anteriores, destacam as agências de segurança do Estado dependentes do Poder Central que realizaram ações repressivas: a GNB com 42 eventos, representando 32,34% do total, a Polícia Nacional Bolivariana (PNB) ressalta por participar na repressão 35 protestos, as polícias estaduais reprimiram 39 manifestações pacíficas, e as municipais atuaram em 17 eventos.

No **direito à participação**, este período é caracterizado por retrocessos em termos de participação, com a aprovação pela Assembléia Nacional de leis que restringem normativamente os espaços de ação social da cidadania.

A Lei Orgânica do Poder Popular regula a participação do público, limitando o desenvolvimento do chamado "Poder Popular", que é concebido como um conjunto de instâncias a partir da qual se constrói um "estado comunal". De acordo com essa lei, impõe-se aos cidadãos o quadro de violações dos direitos de livre associação e participação, sem discriminação, assim subordinando a vida social.

Além disso, a Lei Orgânica da Auditoria Fiscal do Estado pretende desenvolver um controle estatal abrangente sobre a vida econômica e social dos cidadãos que representam os interesses coletivos.

A Lei de Defesa da Soberania Política e Autodeterminação Nacional coage o financiamento internacional e o convite para o país de estrangeiros para expressar visões críticas da conduta das instituições governamentais.

Quanto à participação política, Tibisay Lucena, presidente do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), informou o calendário eleitoral para o período 2012-2013, quando serão realizadas as eleições presidenciais e eleições para governadores e conselhos legislativos estaduais. A revisão do registro pelo CNE em 31.08.11 indica que há uma população de venezuelanos inscritos de 17,691,838 pessoas, incluindo 61,180 eleitores que moram no exterior.

No campo da participação social durante o período foram reforçadas 612 Salas de Batalha Social (SBS), beneficiando 7,754 pessoas. Estas Salas são respaldadas pelo Estado a fim de fortalecer o autogoverno das comunidades, como uma forma de consolidar o Socialismo Bolivariano.

Da mesma forma, no âmbito do projeto Plano de Transformação de Cooperativas para novas formas de organização sócio-produtivas, foram beneficiadas 701,358 pessoas.

No entanto, há um aspecto positivo que é importante destacar e é a promoção da Lei de Aluguel Imobiliário, que foi uma iniciativa do Movimento de Moradores, entendida como uma articulação de organizações populares que lutam pela democratização da cidade e que foi formalmente apresentada em 2 de março deste ano.

Em relação aos conselhos comunitários, não foi detectada nenhuma atualização de quantos estão ativos ou não no país. O Frente Nacional de Conselhos Comunitários excluídos informa que o número de organizações as que Fundacomunal negou o registro formal por razões políticas é 2.400.

O movimento cooperativo reflete que das 306,762 cooperativas formadas entre 2001 e 2010, cerca de 40 000 (13,4%) estão operacionais, o que mostra que 267,796 cooperativas desapareceram.

Os vários movimentos feministas do país também exerceram seu direito de falar durante este período, na Comissão da Mulher, Família e Juventude da AN realizaram propostas para a reforma do Código Penal a partir de uma perspectiva de gênero.

No que diz respeito dos **direitos dos presos**, 170 em cada cem mil pessoas são presas na Venezuela, como pode ser visto a partir do número fornecido pela Iris Varela, chefe do Ministério do Poder Popular para o Serviço Prisional. Este é um aumento significativo já que no final de 2010 a quantidade era de 150 por cem mil. Este aumento resulta em superlotação, fraqueza institucional e ingovernabilidade que geraram eventos de violência sem precedentes, especialmente durante o primeiro semestre de 2011. No entanto, o número de mortes violentas nas prisões diminuiu para 7,2 por mil detentos, pelo menos até final de 2010.

Dos jovens encarcerados, 45% não são maiores de 25 anos de idade, segundo o relatório Diagnóstico Sociodemográfico da População Prisional 2010-2011 realizado pelo Conselho Superior de Prisional. Segundo o relatório, 68% da população vêm de áreas de pobreza relativa, crítica, ou extrema, e 94% dos presos do sexo masculino relataram que trabalhavam antes de serem presos, 88% no caso das mulheres. Quanto ao nível de escolaridade, temos que 93,4% da população é alfabetizada, incluindo 63,5% que completou educação básica e 8,7% o ensino universitário. A principal razão para interromper a educação foi por ter de trabalhar (36%), falta de recursos financeiros (15%), porque não queria estudar (14%) e privação de liberdade (8%).

O roubo é a principal razão para detenção (39% incluindo veículos), seguido por crimes relacionados com drogas (23,4%) e os crimes de homicídio (22,7%).

Permanecem graves as condições das prisões: Falta de fornecimento de água potável, má qualidade da comida e deplorável estado de higiene continuam sendo uma fonte de queixa de prisioneiros e suas famílias, o que constitui uma clara violação do direito ao trato humano e digno que toda pessoa merece.

A população carcerária aumentou nos últimos anos e o projeto de humanização do sistema prisional falhou na programação prevista, que se traduz em apenas um novo local construído em 2010: o Centro Prisional Agrícola em Barcelona, com capacidade para 324 detentos. Entre 2006 e 2011 apenas 2.700 lugares foram criados para 13000 que foram planejadas.

Apesar de tudo isso, na área de Atendimento Integral do Plano de Humanização conseguiu-se alguns sucessos. Em saúde em 2010, registrou-se um aumento de 24,7% das consultas em relação ao ano anterior. Também se observou diminuição da morbidade em doenças infecciosas (33,53%) e doenças transmitidas por alimentos (12,87%) e doenças do sistema tegumentar (relacionado com a pele).

De acordo com a Diretiva Nacional de Serviços Prisional, até Dezembro de 2010, a população foi distribuída entre 34% das pessoas punidas e 66% processadas. A cifra de acordo com o Diagnóstico Sociodemográfico da População Carcerária (Setembro 2010) era 40% punidos e 60% processados, dos quais 59% estavam pendentes de audiência preliminar. Apenas 29% dos casos tinham sido submetidos à audiência preliminar e / ou estavam aguardando julgamento. Apenas 8,68%, de acordo com a pesquisa, estão atualmente em julgamento ou aguardando sentença.

Sobre o **direito à segurança cidadã**, a sua dimensão na Venezuela forçou os cidadãos e comunidades a agirem, o que incluiu não realizar atividades em determinados momentos e lugares para proteger os ativos e propriedades com as medidas de segurança extremas, tais como cercas, isolamento residencial, carregando armas e cães de guarda, entre outros.

De acordo com dados do Relatório e Contas do Ministério do Interior e Justiça, os crimes mais graves cometidos no país em 2010 foram: furto com 34,874 casos, roubo de carros 27.977 casos, violência contra mulheres e a família 26,218 casos, roubo

25,855 casos, lesões pessoais 23.596 casos, porte de drogas 17,590 casos e 13,080 casos de assassinato.

A taxa de criminalidade geral diminuiu para 932 por 100 mil habitantes em 2010, de acordo com a CICPC. O número de homicídios registrados em 2010 foi de 13.080, representando um decréscimo em relação ao ano anterior, quando ocorreram 13.985 assassinatos.

A taxa para 2010 era de 45 homicídios por 100 mil, um número que não concorda com os valores de taxas de homicídio estimadas com dados de pesquisas de vitimização realizadas pelo Instituto Nacional de Estatística em 2006 e 2009, ou seja, 49, 6 e 75,08 homicídios por 100 000 habitantes respectivamente.

Os estados onde a maioria dos crimes foi cometida foram: Distrito Capital (34.152), Miranda (32.693), Carabobo (23.811), Bolívar (19.507), Zulia (17.882), Aragua (17 543), Lara (14.450) e Anzoátegui (12.031).

Esses números não levam em conta a população de cada entidade, de modo que se as taxas foram calculadas por 100 000 habitantes, a geografia do crime muda. Então, o Zulia, que é quinto na lista de crime em geral, vai para último lugar em termos de crimes por 100 000 habitantes. O Distrito Capital continua em primeiro lugar, Miranda, que ocupa o segundo lugar na totalidade de crimes, passa para o quinto, Carabobo passa do terceiro para o sétimo, Aragua do sexto para o oitavo, e Lara da sétima para a posição 17.

Como apontado pelo Instituto de Pesquisa de Segurança Cidadã, em seu relatório para a Revisão Periódica Universal, 2011, nos últimos dez anos, o Governo pretendeu responder ao problema da violência através da implantação de 16 planos de segurança pública, mas sob uma concepção repressiva, por isso não foi capaz de neutralizar ou diminuir os níveis de violência no país.

No período analisado vale ressaltar que, como parte dos esforços do governo para combater a insegurança e violência no país, criou-se a Comissão Presidencial para o Controle de Armas de Fogo, Munições e Desarmamento.

Um inquérito realizado pelo Laboratório de Ciências Sociais em 2010 na qualificação feita por pessoas da administração do presidente Chávez sobre segurança e violência indica que há insatisfação com as medidas implementadas, já que 42% sentiram que foi ruim, 38% regular e 20% achou que parecia boa.

Durante este período, registrou-se um total de 173 vítimas do **direito à vida** cadastradas na base de dados de Provea. A cifra representa uma diminuição de 27% em relação ao período anterior. É no padrão *execução* onde se focam a maioria das vítimas, com 129 casos, 78,18% do total de mortes conhecidas.

O padrão de "uso indiscriminado da força", com 15 vítimas, representa 9,09% dos registrados, seguido dos padrões de "mortes por tortura ou tratamento cruel, desumano ou degradante", com 12 vítimas (7,27%); "uso excessivo da força", com 7 vítimas (4,24%), e "homicídio culposo", que concentra 2 casos (1,21% do total).

Das vítimas, 94,21% (163) são do sexo masculino, o que mantém a tendência histórica e 5,7% (10) são mulheres. A maioria das vítimas é de 29 anos ou menos. Um perturbador 12,72% (21 pessoas) são crianças ou adolescentes com 17 anos ou menos. O Distrito Capital concentra 49 vítimas (28,32% do total), seguido de Miranda, com 22 vítimas, Zulia com 19, Anzoátegui com 17 e Bolívar com 16.

Durante este período, 37 corpos de polícia, incluindo municipais, estaduais e nacionais e o Exército Nacional Bolivariano (FANB) foram identificados como instituições responsáveis pela violação do direito à vida.

No nível nacional, o CICPC foi a instituição com mais vítimas, com um total de 37 pessoas, seguido pela FANB com 31, a PNB com 12 vítimas e Sebin com 1.

No caso da PNB, em todos os casos foram policiais livres de serviço. Isso pode indicar que as limitações que até agora parecem conter e regular suas ações quando estão de serviço, são esquecidas no tempo quando não estão em serviço, aproximando assim ao sub padrão "abuso de autoridade."

Sábado (38%), Quinta (28%) e domingo (23%) são os três dias que concentram mais violações do direito à vida, de acordo com a base de dados de Provea.

Finalmente, destaca o fato de que praticamente todas as vítimas morreram quando um representante do Estado, de maneira ilegítima e ilegal, acionou uma arma de fogo. De fato, este foi o caso em 92% (160 vítimas) dos casos.